

98/12

ALESSANDRA MARIA SAVAGET BARREIROS

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
E O NOVO PARADIGMA EDUCACIONAL –  
A EDUCAÇÃO ESPECIAL EM QUESTÃO

Monografia apresentada à  
Escola de Educação da  
Universidade do Rio de Janeiro  
como requisito parcial à  
obtenção do grau de  
licenciatura plena em  
Pedagogia.

RIO DE JANEIRO  
UNI-RIO  
1998

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO - UNI-RIO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH  
ESCOLA DA EDUCAÇÃO - EE  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA  
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA DISCIPLINA: MONOGRAFIA I

**Reitor**

HANS JÜRGEN FERNANDO DOHMANN

**Vice-Reitor**

REGINA MARIA LUGARINHO DA FONSECA

**Decana**

MARIA TEREZA WILTGEN TAVARES DA COSTA FONTOURA

**Diretora**

JANETE DE OLIVEIRA ELIAS

**Chefe do Departamento**

LÍGIA MARTHA COIMBRA DA COSTA COELHO

**Professora Responsável**

GILDA MARIA GRUMBACH MENDONÇA

**Professora Orientadora**

LIANA R. TERESA DE OCAMPO

**Professora Leitora**

SANDRA ALBERNAZ DE MEDEIROS

**BARREIROS, Alessandra Maria Savaget. A Formação de Professores e o  
Novo Paradigma Educacional – A Educação Especial em Questão.  
UNI-RIO, 1998.**

## DEDICATÓRIA

A *Deus*, que me deu a vida,  
que guia o meu caminho e que me fortalece todos os dias.

À minha mãe *Helena*,  
sempre ao meu lado, que, com todo o seu amor,  
construiu a base do meu ser;  
e que, com sua eterna dedicação, torna a minha vida mais feliz.

À minha irmã *Vera*,  
que muito me ajuda na profissão, contribui com toda a sua experiência;  
e que, com a sua compreensão,  
me ouve e oferece palavras de conforto.

Ao meu sobrinho *Victor*,  
que, com sua alegria,  
me faz enxergar o mundo com olhos de criança.

A todos os meus parentes e amigos,  
que, de uma maneira ou de outra, me apoiam e me incentivam.

A todos os meus professores,  
que, com sua experiência e orientação,  
auxiliaram o meu caminhar pela busca do conhecimento.

À minha professora orientadora,  
que, com seriedade e dedicação,  
contribuiu para a elaboração desta monografia  
e para novas reflexões.

Às professoras entrevistadas,  
que, com boa vontade,  
acreditaram na realização e no sucesso deste trabalho.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, sempre presente em minha vida.

À minha mãe, irmã e sobrinho,  
minha família,  
importantes companheiros no meu cotidiano.

Aos meus professores,  
que contribuíram para a minha formação profissional.

À minha professora orientadora,  
pela discussão das leituras feitas e  
pelas sugestões dadas  
para a elaboração desta monografia.

Aos amigos do Instituto Helena Antipoff,  
pela troca incessante de experiências no cotidiano da profissão.

## RESUMO

Este trabalho objetiva analisar a formação de professores, face ao novo paradigma social, e, conseqüentemente, educacional, considerando a escolaridade das pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais. Procura-se construir uma reflexão acerca da integração desses alunos em turmas do Ensino Regular, como um primeiro passo para a escola inclusiva, discutindo questões inerentes a este fato.

O estudo consiste em buscar nas fontes bibliográficas o conhecimento teórico que aborda o tema acima citado; consultar profissionais que efetivamente atuam em sala de aula; e, a partir daí, relacionar a teoria e a prática pedagógica; além de levar em consideração a legalidade, que assegura direitos e deveres no exercício da cidadania dos que fazem parte do contexto escolar; as propostas de ensino e a política educacional vigente no âmbito da pesquisa.

A pesquisa de campo foi efetivada junto a professores de quatro instituições de ensino distintas, tanto particulares quanto públicas, através de um questionário padronizado, o qual perguntava sobre seu interesse em trabalhar com alunos com necessidades especiais, sua formação acadêmica, sua experiência profissional, conhecimentos legais e opiniões pessoais. Os dados foram colhidos e analisados, conforme os critérios estabelecidos na metodologia deste trabalho.

Deste modo, conclui-se que o papel da escola, como instituição social, é formar o cidadão de forma plena, trabalhando as diferenças individuais rumo a modernidade. Para isso, é essencial que a formação do profissional da educação seja de qualidade e que acompanhe este movimento.

Não há vencedores nem vencidos no diálogo, apenas vencedores. Não é preciso que qualquer um dos parceiros desista ou se renda, mas apenas que dê, que dê a si mesmo. No diálogo, jamais terminamos com menos do que começamos, mas sempre com mais. Viver em diálogo com outra pessoa é viver duas vezes. As alegrias são duplicadas com a troca e o peso é dividido através do compartilhar.

O ouvir e o falar no diálogo, cada um com suas conseqüências particulares, são dirigidos à outra pessoa. O diálogo é essencialmente centrado no outro. O diálogo é essencialmente um ato do mais puro amor e o “segredo do amor eterno”.

Dorival de Souza

(Folha de calendário – Literatura popular – Recife/PE)

## SUMÁRIO

I.	INTRODUÇÃO	06
II.	OS NOVOS PARADIGMAS	11
III.	A FORMAÇÃO DE PROFESSORES	19
IV.	METODOLOGIA	29
V.	<u>O PROFESSOR NA ATUALIDADE</u>	31
VI.	CONCLUSÃO	40
VII.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43
VIII.	ANEXO	45

## INTRODUÇÃO

A sociedade mundial passa por diversas e incessantes transformações ao longo dos tempos. Valores, crenças, princípios, tradições e costumes modificam-se a medida em que há esta evolução. Os indivíduos, em que nela vivem, colhem os frutos destas mudanças e dão força ao dinamismo deste movimento.

A concepção de mundo hoje não é a mesma de ontem e muito menos não será a de amanhã. Buscam-se respostas e soluções para os problemas atuais através da reflexão sobre os mesmos, ou apenas o aperfeiçoamento do que já se obtém com sucesso, com a finalidade do bem-viver. Isso acontece em todos os aspectos, inclusive na educação, objeto de estudo deste trabalho.

A educação, como elemento integrante da sociedade em transformação e direito de todas as pessoas, é alvo de constantes estudos e discussões. Questiona-se muito sobre a qualidade do ensino ministrado nas escolas, pois é bem verdade que esta instituição social acaba por reproduzir a ideologia dominante, que exclui as minorias, produz a cultura do fracasso escolar, da repetência, da evasão, que transmite os valores sociais capitalistas e que reproduz os conhecimentos já adquiridos pela humanidade ao longo da história. As tentativas para transformar este quadro caótico são diversas. Para isso, como ponto de partida, é fundamental conceber a educação, em seu sentido amplo, como uma via libertadora de construção e reconstrução do saber, a qual o indivíduo constitui-se como sujeito, com sua história, suas opiniões, capaz de transformar a sua realidade.

Desta maneira, a educação para pessoas com necessidades educacionais especiais vem conquistando cada vez mais um espaço de destaque dentro do sistema educacional mundial.

Seguindo a proposta da ONU (Organização das Nações Unidas) lançada em 1991, que diz que as minorias não devem e nem podem continuar à margem da sociedade, a partir de 1993, surgiu a idéia da escola para a diversidade, onde todas as pessoas possuam as mesmas oportunidades, direitos (e deveres) a uma vida mais dinâmica, participativa e produtiva, fazendo valer a sua cidadania. Assim, surge a idéia de se pensar num tipo de sociedade que tende a preocupar-se com a inclusão de todos os cidadãos, tanto no âmbito escolar, quanto em todos os outros segmentos sociais.

Em 1994, a Declaração de Salamanca, apresentada na Conferência Mundial Sobre Necessidades Especiais, realizada na Espanha, teve como objetivo oferecer a educação para todos, analisando as mudanças fundamentais de política para promover o enfoque da educação integradora, capacitando as escolas para atender a todos os alunos, principalmente os que portam alguma necessidade educacional especial. Tal documento é um dos marcos principais da transformação do paradigma educacional, que tende, gradativamente, nortear a prática educativa no mundo.

No Brasil, enquanto se discute muito sobre o processo de inclusão desses alunos, a Educação Especial se faz acontecer. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (lei no. 9.394/96), a Educação Especial é entendida como a modalidade de ensino dedicada aos alunos com necessidades educacionais especiais, com organização, estrutura e funcionamento peculiar, com o objetivo maior de integrar, aos poucos, esses alunos nas classes comuns do ensino regular.

Na verdade, discute-se muito sobre o limite entre a normalidade e a excepcionalidade, assim como a validade desta integração escolar, e, conseqüentemente, na sociedade. Isso acontece pois a concepção de educação está mudando sua ênfase. O olhar somente na deficiência está dando lugar às possibilidades deste sujeito, ou seja, hoje considera-se muito mais importante o que ele é capaz de fazer, sozinho ou com ajuda, do que o que ele é incapaz de fazer devido às suas dificuldades.

Atualmente, é possível notar o início desta nova proposta devido ao incentivo dado a esses indivíduos a conhecer seus direitos e deveres como qualquer outro cidadão. Além disso, está havendo uma maior divulgação sobre o assunto por meios de comunicação, estudos científicos e literatura. Cada vez mais pessoas estão abraçando a causa da igualdade, procurando compreender a diferença como algo desafiador e enriquecedor, e aprendendo na diversidade, pois o seu semelhante é capaz de constituir-se como sujeito sócio-histórico através do processo educativo.

Caminha-se, assim, a passos curtos, mas de qualidade, para a construção de um tipo de escola que aceita e, acima de tudo, respeita o portador de necessidades educacionais especiais. Já considera-se que tanto ele quanto as pessoas com que ele convive se beneficiam desta interação, uma vez que tabus e preconceitos vão sendo desmitificados e vão dando lugar a uma relação de aprendizagem mais rica e significativa para ambos, ou melhor, para todos.

Porém, como sabemos, a realidade educacional na qual vivemos hoje encontra-se muito distante desta perspectiva, pois enfrenta problemas sérios de diferentes origens, mas não é por isso que vamos deixar de lutar por uma questão que é nossa: a educação sistemática do aluno portador de necessidades educacionais especiais.

Com isso, conseqüências muito graves poderão ocorrer, caso o sistema educacional como um todo não se reavalie. Questões como: arquitetura adequada dos prédios escolares, reestruturação administrativa, recursos materiais e humanos e principalmente a qualidade da formação dos profissionais de educação e dignidade salarial, entre outras, devem ser priorizadas pelas autoridades a fim de que se possa construir a educação que queremos (para todos) e uma sociedade mais igualitária.

Enquanto não há mudanças vindas de instâncias governamentais superiores, cabe a nós, educadores, avaliar o nosso trabalho e buscar novas estratégias para acompanhar a evolução desse movimento de integração, pois o tempo não pára e a demanda escolar está crescendo cada vez mais. Trata-se de tentar transformar este quadro e conscientizar todas as pessoas envolvidas neste processo sobre o benefício comum resultante desta prática.

É fundamental ressaltar que, de uma forma ou de outra, esta nova proposta educacional está criando suas raízes e está se preparando para caminhar simultaneamente com a concepção de sociedade inclusiva. Assim, é possível considerar a escola como uma instituição social ativa, participante e transformadora, local de construção de conhecimentos e formação do cidadão.

O processo de integração dos portadores de necessidades educacionais especiais em turmas do ensino regular está acontecendo de verdade e isso é apenas o começo. Este é o primeiro salto para o futuro, para a escola inclusiva, parte integrante da sociedade inclusiva, que objetiva as mesmas oportunidades para todos, sem distinção. Falta pouco tempo para todos estarem juntos, aprendendo na diversidade, compreendendo a diferença, respeitando o outro, de igual para igual.

Este estudo objetiva refletir e discutir questões pertinentes à formação de professores face aos novos paradigmas educacionais no que

se refere a escolaridade do portador de necessidades educacionais especiais.

Deste modo, torna-se imprescindível ressaltar a situação caótica atual da formação de professores e refletir sobre os problemas mais cruciais nela presentes: a falta de uma política de valorização do profissional de educação, a distância entre a realidade prática e a teoria recebida em sala de aula (através de uma concepção metodológica reprodutivista e reducionista, que é ineficiente e acrítica), a desinformação sobre o trabalho pedagógico com os portadores de necessidades educacionais especiais nas redes pública e particular de ensino e, ainda, o preconceito que permeia a nossa história e os discursos sociais até hoje e que “cega” as pessoas diante do indivíduo considerado “diferente”. Além disso, propor algumas alternativas para a melhoria na formação do educador.

Em contrapartida, foram mencionados alguns dos principais documentos que norteiam o trabalho escolar, apontam os direitos e os deveres do portador de necessidades educativas especiais, principalmente no tocante à educação e o exercício de sua cidadania, limitando-se ao ensino fundamental.

## CAPÍTULO I

### OS NOVOS PARADIGMAS

*A criança especial não vive em um mundo especial, ela vive num mundo comum.*

Ana Lúcia de Castro Rovai<sup>1</sup>

Muitas vezes questiona-se sobre o que é e o que não é normal, no que se refere a tudo na vida. Os limites entre a normalidade e a excepcionalidade são tão subjetivos e relativos, que é desconhecido onde eles começam e onde terminam.

Considera-se algo normal a partir de um suposto ponto médio, onde tudo (pessoas, acontecimentos, objetos, comportamentos, etc.) é caracterizado e classificado dentro deste parâmetro, segundo princípios aceitáveis pelo senso comum. Em contrapartida, algo considerado excepcional é, justamente, o desvio, o que foge, para mais ou para menos, desta média. Porém, o que determina este ponto médio possui tantas interpretações e tantos valores distintos, que não pode-se afirmar, com precisão, o que é ser normal e o que é ser “excepcional”.

O ponto crucial nesta problemática é a inevitável comparação entre o sujeito considerado “normal” e o sujeito portador de necessidades educacionais especiais, o dito “diferente”.

Júlio Romero Ferreira diz que

---

<sup>1</sup> Responsável de um aluno portador de necessidades educacionais especiais integrado em turma regular de uma escola em São Paulo.

*... há uma grande variação nos critérios qualitativos (tipos de características) e quantitativos (grau de diferença) que definem um indivíduo como excepcional; como alguém que se distancia dos padrões de "normalidade" a ponto de requerer ou justificar cuidados especiais. (FERREIRA, 1993, p.13)*

Isso mostra o quanto é controverso e não universal o conceito de excepcionalidade, pois a individualidade de cada um se expressa em diferentes características, que necessitam de mais ou de menos recursos para serem trabalhadas e, conseqüentemente, poderem desenvolver todo o potencial que o sujeito possui ou é capaz de manifestá-lo.

Pode-se basear em diferentes pressupostos das distintas áreas do conhecimento, como a biológica, a psicológica, a social, a histórica, a pedagógica, entre tantas outras, a fim de refletir sobre a dualidade normalidade/excepcionalidade. Em cada uma delas há uma tendência, peculiar e inerente, de idéias sobre tal assunto, cada qual com o seu enfoque teórico de estudo. Assim, mais uma vez, ficam evidenciadas as diferentes naturezas do conceito de excepcionalidade e, por conseguinte, de normalidade.

Por isso, tanto o termo "excepcionalidade" quanto o termo "deficiência" já não possuem um significado que contemple o que o atual discurso quer transmitir, pois a ênfase não está no que o indivíduo desvia do normal ou do que ele é menos ou mais capaz do que o outro, muito pelo contrário. A preocupação maior é considerar as suas possibilidades, e, conseqüentemente, o modo pelo qual a escola vai trabalhar com esses alunos especiais, com as diferenças de cada educando.

*O conceito de excepcionalidade dificilmente se dissocia das impressões de dependência, imaturidade e infância. É alguém que não se torna adulto. (FERREIRA, 1993, p. 75)*

Assim, estudos revelam que a terminologia “portador de necessidades educacionais especiais”, como foi visto até agora, é a que mais contempla essa nova concepção de educação. Deste modo, é importante esclarecer o que ela significa, o que ela implica, o que ela aborda, o que ela carrega em termos de sentido, neste discurso.

Segundo César Coll (1995, p. 11), um aluno com necessidades educacionais especiais

*apresenta algum problema de aprendizagem ao longo de sua escolarização, que exige uma atenção mais específica e maiores recursos educacionais do que os necessários para os colegas de sua idade... Ao falar de problemas de aprendizagem e evitar a terminologia da deficiência, a ênfase situa-se na escola, na resposta educacional.*

Tal conceito pode ser confirmado pela Declaração de Salamanca Sobre Princípios, Política e Prática em Educação Especial, que, em um dos tópicos da Estrutura de Ação em Educação Especial, diz que o termo

*“necessidades educacionais especiais” refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem.*

Este documento ainda enfatiza que as

*escolas devem buscar formas de educar tais crianças bem-sucedidamente, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas.*

A proposta educacional do município do Rio de Janeiro, a Multieducação (1996, p. 194 – 195), a ser comentada no próximo capítulo, ratifica esta linha de pensamento, quando cita:

*um aluno tem necessidades educacionais especiais quando apresentar dificuldades maiores que o restante dos alunos da sua idade para aprender o que está previsto no currículo, precisando assim de caminhos alternativos para aprender. Não pretendemos negar a deficiência, mas mudar o foco do nosso olhar daquilo que é insuficiência, para o que é possibilidade... O olhar nas possibilidades (que muitas vezes não sabemos quais são, teremos que investigar e investir) é ativo, requer movimento, estratégias diversificadas, atitude de ir além. A diversidade de alunos requer algumas vezes respostas diferentes por parte da escola, pois quem tem que responder à necessidade educacional do aluno é a escola.*

Quer dizer, considera-se os problemas que os alunos têm em seu desenvolvimento, suas dificuldades, suas limitações, porém é papel da escola observar, avaliar tais impossibilidades e necessidades, analisar seu potencial de aprendizagem e oferecer subsídios para que eles participem das atividades escolares e construam o seu saber, adquirindo, assim, os conhecimentos sistematizados por ela.

Se a escola considera o indivíduo portador de necessidades educacionais especiais com o olhar em suas possibilidades, com certeza, ela irá tentar observar estas necessidades e criar as adaptações adequadas (de acesso ou de currículo), buscando, deste modo, respostas educativas que ele precisa. Mas se ela está preocupada apenas com sua deficiência, com sua incapacidade, ela demonstra uma concepção segregadora de educação e, acima de tudo, injusta e inerte.

Esta segunda tendência mostra o quanto o sistema educacional necessita evoluir. Infelizmente, a grande maioria dos educadores ainda possui esta prática, uma concepção reducionista de educação, não só perante esses alunos, mas também perante todos os alunos com dificuldades de aprendizagem. Apenas uma pequena parcela preocupa-se com as questões educacionais mais sérias e tenta, de alguma forma,

refletir, pesquisar, buscar soluções, enfim, discutir sobre as situações cotidianas do seu trabalho, da sua realidade.

Desta maneira, é fundamental referir-se à formação do profissional de educação: base imprescindível de sua bagagem teórica, atuação prática e postura ética. Sabe-se que ela enfrenta inúmeros problemas e conflitos, os quais, alguns deles, serão discutidos e analisados no decorrer deste trabalho. Afinal de contas, a idéia de educação/sociedade inclusiva deve começar pela conscientização de todas as pessoas, principalmente os educadores, agentes transformadores em potencial.

A inclusão dos alunos especiais deve estar presente na preparação e qualificação desses professores, pois é um grande desafio ver nas dificuldades dos alunos, uma forma de aprendizagem e aperfeiçoamento profissional.

Deste modo,

*a integração exige uma maior competência profissional dos professores, projetos educacionais mais completos, capacidade de adaptar o currículo às necessidades específicas dos alunos e, também, uma maior provisão de recursos educacionais de todo o tipo. (COLL et alii, 1995, p. 14).*

Considerando, então, que cada indivíduo é um ser singular, com características próprias e qualidades únicas, capaz, útil, com direitos e deveres como qualquer outra pessoa, é válida a integração dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais em turmas do ensino regular. Em primeiro lugar, porque o processo educativo baseado no confronto de diferentes realidades, da diversidade, da pluralidade de conhecimentos e experiências torna-se efetivamente significativo, rico, resultando em uma aprendizagem crítica, livre, questionadora e transformadora. Em segundo lugar, porque é o primeiro passo para a

escola inclusiva, para todos, onde, em um mesmo espaço, alunos considerados “normais” e alunos com necessidades especiais, usufruirão das mesmas oportunidades, vivenciando situações conjuntas, aprendendo coletivamente.

Coll ratifica e complementa esta fala, no sentido de que

*a integração, realizada nas devidas condições e com os recursos necessários, é positiva com os alunos com algum tipo de deficiência, contribui para seu melhor desenvolvimento e para uma socialização mais completa e normal. Além disso, a integração também é benéfica para o resto dos alunos, já que aprendem com uma metodologia mais individualizada, dispõem de mais recursos e adquirem atitudes de respeito e solidariedade em relação a seus colegas menos dotados. (COLL et alii, 1995, p. 14)*

Seguindo esta linha de raciocínio, é oportuno dizer que, para se chegar à escola que ideal, é necessário que todas as pessoas envolvidas neste processo de integração estejam realmente engajadas e preocupadas com a causa da igualdade, pois de nada adiantaria impor situações sem haver, previamente, uma discussão e uma reflexão para a construção deste processo. Esse conjunto de pessoas envolve tanto a comunidade escolar quanto a família, os amigos, os vizinhos, enfim, todos que de certa maneira fazem parte do cotidiano do aluno portador de necessidades educacionais especiais.

Este movimento de conscientização está começando a tomar dimensões a cada dia maiores, através de uma divulgação mais ampla das entidades que objetivam o bem-estar de pessoas com deficiência e dos estudos e pesquisas feitos sobre o assunto, tanto na área social quanto na educacional, elaborados por profissionais envolvidos nesta questão.

Os estudos científicos também dão sua contribuição, com o objetivo de dar subsídios à população, principalmente acadêmica, de conhecer

mais a fundo, refletir, questionar, discutir sobre a importância de considerar o sujeito dito “diferente” como um ser humano, uma vida, um cidadão. A cada dia, novas pesquisas vão enriquecendo a gama de conhecimentos sobre este tema, e isso tende a crescer ainda mais, mesmo que ainda, atualmente, se encontram em número reduzido.

Os meios de comunicação, engatinham, de certa forma, ainda que com ressalvas, rumo a este ideal, ao despertar, no público, a idéia de que os indivíduos portadores de necessidades especiais apresentam um potencial considerável e respeitável, que possibilita a elas terem uma vida rica em experiências. Esclarecimentos em revistas e jornais, literatura infantil e especializada, programas educativos veiculados em rádio e televisão e *home pages* da *internet* são alguns dos exemplos desta ação divulgadora.

Assim, contamos com o auxílio de diferentes meios de informação para que possam se propagar o respeito e a atenção que a questão da igualdade merece. Desta maneira, a força e o poder que tais meios de comunicação possuem podem transformá-los em um veículo eficaz de propagação da sociedade inclusiva, embora é sabido que o tema é, ainda, abordado de forma estereotipada e preconceituosa, que, em seu bojo, transmite todos os valores da sociedade capitalista e neoliberal na qual se vive atualmente, onde impera a competitividade a todo o custo e que acaba passando para o público esta idéia equivocada.

Desse modo, é oportuno citar a jornalista Claudia Werneck no tocante a mídia, onde ela descreve, de modo realista, a situação da mesma perante o indivíduo “diferente” .

*A mídia é o reflexo de uma sociedade pretensiosa e incapaz de perceber a deficiência como questão humana...Deficiência é assunto de ninguém...O*

*descompromisso não é do jornalista. É do homem e do cidadão. (WERNECK, 1997, p.231)*

Para reverter este quadro, ela mesma propõe que todas as pessoas preocupadas com a questão da igualdade tomem a iniciativa de educar a mídia, divulgando trabalhos, eventos, encontros, novidades, debates, fóruns, lançamento de livros, festas, denúncias, notícias, etc., pois se não pronunciamento sobre estas ações, ninguém tomará conhecimento algum. Estes têm sido os primeiros passos para a ampliação do tema para a população leiga, que aos poucos está conhecendo e reconhecendo o valor humano das pessoas que sofrem algum tipo de discriminação. Inclusive, neste sentido, a transformação também afetaria a postura tanto do profissional da comunicação como a própria mídia, tornando-as mais humana, construindo um caráter realmente informador e mediador.

*Caso a mídia não assuma sua total responsabilidade na construção de uma sociedade inclusiva é possível que tenhamos, no futuro, uma geração de "superdowns" adultos trancados em casa porque o mundo não foi preparado para recebê-los... Se desejamos fazer dos meios de comunicação aliados para inscrevermos na história oficial a memória coletiva do povo brasileiro "deficiente" é preciso agir com rapidez e eficácia. (WERNECK, 1997, p. 277 - 282)*

Considerando a presente realidade e buscando a transformação da mesma, é correto afirmar que, mesmo com tantas barreiras a serem ultrapassadas, estão ocorrendo inúmeras ações com o objetivo maior de esclarecimento e conscientização da população quanto à aceitação e ao respeito ao indivíduo portador de necessidades educacionais especiais. É um movimento que envolve toda a sociedade e que necessita ser analisado, como está ocorrendo nesse estudo, que enfoca o aspecto educacional, parte integrante da mesma.

## CAPÍTULO II

### A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

*A formação dos professores será o fator mais decisivo da qualidade da educação básica.*

Pedro Demo

Neste capítulo, são analisados os aspectos mais importantes referentes à educação, incluindo a educação especial, e à formação de professores, tendo como base a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no. 9.394/96), conjuntamente com o pensamento do autor Pedro Demo.

Além disso, são citadas e discutidas a política educacional da rede pública do município do Rio de Janeiro, a Multieducação, e, por conseguinte, a contribuição dos estudos feitos pelo teórico Lev Semyonovitch Vygotsky.

Desta forma, considera-se a educação em seu sentido amplo, sem perder de vista as questões referentes à Educação Especial, de acordo com a proposta desta monografia.

Primeiramente, é de fundamental importância citar o artigo 2º da LDB, pois expõe claramente o objetivo primordial da educação no país.

*A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o*

*exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.*

Ratificando o que foi exposto acima, o artigo 22º da mesma lei cita que:

*a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.*

Sobre este tópico de discussão, Pedro Demo descreve que a competência a qual a escola deve construir e reconstruir é aquela baseada na propriedade do conhecimento como um instrumento eficaz da emancipação individual e social. Deste modo, o aluno constrói-se como cidadão, enriquecendo sua bagagem escolar, dignificando-se pelo trabalho, relacionando o que aprendeu sistematicamente na escola com aspectos de sua vida cotidiana.

Além disso, é oportuno, também, dar alusão ao artigo 3º, que aponta os princípios básicos da mesma, dentre eles: a igualdade de condições de alunos para o acesso e a permanência na escola (inciso I); a *liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber* (inciso II); o *pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas* (inciso III); ... a *valorização do profissional da educação escolar* (inciso VII); ... a *garantia do padrão de qualidade* do ensino (inciso IX); a *valorização da experiência extra-escolar* dos educandos (inciso X) e o *vínculo entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais* (inciso XI); e ao artigo 4º, que mostra que é dever do Estado com a educação escolar pública garantir, entre outros tópicos: o *ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria* (inciso I) e o ... *atendimento educacional*

*especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino (inciso III).*

O professor tem plenos poderes de seguir a concepção teórico-pedagógica a qual acredita ser a mais correta, e na maioria das vezes, ele trabalha de acordo com a que foi ensinada durante a sua formação. Desta maneira, é sabido que, na maioria dos casos, o processo educativo fica comprometido por essa reprodução, por essa cópia, pela mecanização da transmissão dos conteúdos.

Porém, como foi dito no capítulo anterior, novos paradigmas estão surgindo em âmbito mundial. Atualmente, o profissional da educação precisa expandir sua visão de mundo e ir além da situação corriqueira, da mesmice. Enxergar a possibilidade de mudanças, refletir sobre sua prática, pesquisar e agir, de forma ativa, com compromisso.

*... se trata de profissão estratégica, em cujas mãos está, em grande parte, o futuro do país em termos de desenvolvimento. (DEMO, 1992, p. 26)*

Porém, de nada adianta se não houver uma política voltada para a sua valorização profissional e social. Isto compreende competência e dignidade salarial, pois

*embora melhores salários não repercutam necessariamente em melhoria da qualidade, fazem parte da cidadania do professor. (DEMO, 1992, p. 30)*

E quando se fala sobre educador, se fala sobre o profissional da educação, capaz de trabalhar com as diferenças individuais dos alunos, sejam eles ditos “normais” ou com dificuldades de aprendizagem, ou ainda, os portadores de necessidades educacionais especiais, mesmo sabendo-se, de antemão que a formação peca neste sentido. Amplamente falando, infelizmente, é conhecida a precariedade da mesma quando se

trata de alunos com algum tipo de limitação. Prepara-se o professor para trabalhar só com um tipo de aluno: aquele que tudo aprende, que a família está sempre presente, que chega na escola limpo e cheiroso, que possui o material asseado, com bom comportamento, responsável, tranqüilo. Se foge deste padrão, o professor já encontra algum tipo de dificuldade na sua prática de sala de aula.

O artigo 58º esclarece que a educação especial é entendida como uma modalidade da educação escolar e que é oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, como já foi exposto, para atender os alunos portadores de necessidades educacionais especiais.

Segundo o parágrafo 2º deste mesmo artigo, tais atendimentos são feitos

*em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.*

No artigo 59º, é citado que:

*os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades (inciso I); professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (inciso III); acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (inciso V).*

No município do Rio de Janeiro, a proposta Multieducação está em vigor, desde a gestão da Secretária de Educação Regina de Assis. É uma proposta inovadora, que

*reafirma a Escola Municipal de 1º grau como lugar indispensável para a constituição de conhecimentos e valores, com crianças e adolescentes, numa sociedade em democratização. Concebe o Núcleo Curricular Básico como eixo em que se articulam os Princípios Educativos de Meio Ambiente, Trabalho, Cultura e Linguagens, com os Núcleos Conceituais: Identidade, Tempo, Espaço e Transformação, criando um panorama para o lugar da Escola na Sociedade que desejamos. Rompe o reducionismo e arcaísmo do Ensino de 1º grau e ousa, através de sua recriação, sintonizar nossas escolas com o Tempo em que vivemos e a sociedade que buscamos reconstruir através de ações autônomas e solidárias.”*  
(MULTIEDUCAÇÃO, 1996)

Assim sendo, a Educação Especial, no município do Rio de Janeiro, se desenvolve a partir de escolas especiais, ambientes mais segregadores que as escolas regulares, onde freqüentam os alunos com um grau de comprometimento maior; classes hospitalares, situadas em hospitais, que atendem alunos que estão hospitalizados e impossibilitados de freqüentar a escola; classes especiais, localizadas dentro da escola de ensino regular; salas de recursos e professores itinerantes, para os alunos já efetivamente integrados em turma regular.

Os princípios fundamentais e os núcleos conceituais da Multieducação são os mesmos para todos os alunos, sendo necessário que haja adaptações curriculares adequadas aos alunos portadores de necessidades educacionais especiais, respeitando suas especificidades.

*A MULTIEDUCAÇÃO, em sua abrangência, nos permite refletir sobre os caminhos alternativos a serem trilhados com os alunos portadores de necessidades educacionais especiais, de forma que realizem a “viagem” tanto quanto os demais, sem perder de vista o ponto de chegada. Se alguns destes meninos e meninas não vão atingir este ponto, isto não significa*

*que não continuemos buscando alternativas que aproximem ao máximo das demais crianças.*  
(MULTIEDUCAÇÃO, 1996, p. 191).

Como o nome já diz, Multi significa diversidade, multiplicidade, de conhecimentos, de relações, de aprendizagens... Para isso, a escola deve ser um espaço rico, propício à troca, às descobertas, enfim, à construção de saberes, sendo assim, capaz de buscar respostas educativas significativas a todos os alunos. Além disso, é importante que o trabalho solidário entre direção, funcionários, professores, alunos e suas famílias seja uma prática efetivamente vivenciada.

As necessidades educacionais especiais dos alunos são relativas, variáveis e individuais. Observando ou buscando detectar quais são elas, o professor vai, aos poucos, analisando as dificuldades que o aluno apresenta devido à sua deficiência e, ao mesmo tempo, vai avaliando a sua prática em sala de aula.

Deste modo, o professor vai fazendo as adaptações necessárias para que o aluno chegue à aquisição do conhecimento, sejam elas de acesso físico (principalmente arquitetônico, como a construção de uma rampa para um deficiente físico cadeirante possa subir e descer autonomamente), material (qualquer tipo de material que o aluno deseja utilizar, como por exemplo, um livro didático transcrito ao sistema lingüístico Braille, para um cego) ou de comunicação (através de diferentes linguagens); ou curriculares (adequações feitas na proposta curricular da escola, modificações feitas no planejamento, nos objetivos, nos conteúdos, nas atividades, nas estratégias, na avaliação, etc.), de modo a atender às diferenças individuais dos alunos.

Um elemento importante neste processo é a mediação, que pressupõe um diálogo incessante, a orientação nas atividades, o oferecimento de pistas, a oportunidade da troca, etc. por parte do

professor e da colaboração de terceiros. Daí, é oportuno mencionar a pesquisa feita pelo teórico Vygotsky, de extrema importância e que serve de base para esta nova concepção de educação sócio-histórica.

Segundo ele, a aprendizagem e o desenvolvimento do indivíduo estão intrinsecamente inter-relacionados, ou seja, acontecem ao mesmo tempo. Assim, deve-se considerar não somente o que o sujeito é capaz de fazer de forma independente (quer dizer, seu *nível de desenvolvimento real*), mas também o que ele faz com auxílio de outras pessoas (seu *nível de desenvolvimento potencial*). Nesta interação com o outro e com o meio, eles trocam sua bagagem de experiências e conhecimentos e os transformam, dando origem a novos saberes. Assim, o que o sujeito fez anteriormente com ajuda, em um determinado momento, no futuro, ele já fará com autonomia.

Isto serve para todos os indivíduos. Porém, está se falando em termos de Educação Especial. Se acredita-se nas possibilidades do aluno portador de necessidades educacionais especiais, trabalha-se com ele, de modo efetivo, através da mediação, da troca dialética, ou seja, trabalha-se significativamente no que Vygotsky chama de *zona de desenvolvimento proximal*.

*A zona de desenvolvimento proximal é a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes. (VYGOTSKY, 1996, p. 112)*

Assim, esta visão prospectiva mostra, claramente, o dinamismo entre aprendizado e desenvolvimento. Quer dizer, o que o aluno aprende, na realidade, faz com que ele se desenvolva e procure aprender novos

conceitos, através de um processo que não se esgota. Enquanto ele fazia determinada atividade, por exemplo, com o auxílio do professor, o conhecimento se encontrava fora dele. A partir do momento em que ele já faz esta atividade de maneira independente, ele já internalizou o conhecimento, houve aprendizagem e desenvolvimento, houve uma transformação.

*Todas as funções no desenvolvimento da criança aparecem duas vezes: primeiro, no nível social, e, depois, no nível individual; primeiro entre pessoas (interpsicológica), e, depois, no interior da criança (intrapsicológica)... A transformação de um processo interpessoal num processo intrapessoal é o resultado de uma longa série de eventos ocorridos ao longo do desenvolvimento. (VYGOTSKY, 1996, P. 75)*

Segundo a política educacional da rede pública municipal do Rio de Janeiro, não é necessário o professor ter especialização em Educação Especial para atuar nos atendimentos aos alunos com necessidades educacionais especiais, embora se leve em consideração se o mesmo possuir.

*Quanto aos professores das turmas regulares que possuem alunos integrados, é importante que tenham condição de pensar em atividades que atendam também às necessidades desses alunos, permitindo sua participação na construção de conhecimentos... valores e significados tanto quanto os seus colegas. (MULTIEDUCAÇÃO, 1996, p. 205)*

O artigo 61º trata dos fundamentos da formação dos professores, entre eles,

*a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço (inciso I)*

a fim de atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do aluno.

São nos artigos 62º e 63º que a lei mostra uma de suas mudanças mais importantes, no tocante a formação do professor. Neles, são expostos que:

*a formação dos docentes para atuar na educação básica faz-se em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida a nível médio, na modalidade Normal. (Art. 62) Os institutos superiores de educação manterão cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado a formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental ... (Art. 63, inciso I).*

Em relação ao artigo 62º, é oportuno dizer que na portaria no. 1.793, de 27 de dezembro de 1994, do Ministério da Educação e do Desporto, foi recomendada a inclusão de disciplinas que abordem aspectos éticos, políticos e educacionais referentes a normalização e a integração das pessoas com necessidades especiais, prioritariamente, nos cursos de Pedagogia, Psicologia e em todas as Licenciaturas (Art. 1º), e de conteúdos programáticos sobre o mesmo assunto nos cursos da área das Ciências da Saúde, de Serviço Social e nos demais cursos superiores, de acordo com suas especificidade (Art. 2º). Foi também recomendada a manutenção e a expansão dos estudos adicionais, dos cursos de graduação e de especialização já organizados para as diversas áreas da Educação Especial (Art. 3º). Esta ação ocorreu devida a necessidade de complementar os currículos da formação de docentes e de outros

profissionais que trabalham com os indivíduos portadores de necessidades especiais.

Segundo o artigo 67º da LDB,

*os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: ... aperfeiçoamento profissional continuado (inciso II); ... período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga horária de trabalho (inciso V); condições adequadas de trabalho (inciso VI).*

Já está assegurado na lei, porém, como diz Demo (1992), ainda

*carecemos de um professor altamente preparado e competente... de um superprofissional, dotado de ampla formação geral, competência educativa evidente, capacidade interdisciplinar, para tratar da criança de modo global e pleno... O professor torna-se o formador principal da capacidade de desenvolvimento na sociedade e na economia, ligando-se, mais que a produtos do conhecimento, ao processo de construção da competência propedêutica do conhecimento. É peça-chave do descortino do futuro. Precisa estar a frente dos tempos, para lhes sinalizar a rota.*

## METODOLOGIA

Esta pesquisa qualitativa e exploratória foi elaborada com base na coleta de dados, feita a partir de um questionário (anexo), pré-testado por um profissional do Instituto Helena Antipoff, à professores das redes pública e privada de ensino, relacionando seus discursos com a fundamentação teórica especializada, enfatizando as seguintes categorias, para a análise dos dados:

- professores com diferentes níveis de formação (2º. grau, universitário e pós-graduado) concluídos nas redes pública e particular;
- professores com diferentes tempos de experiência;
- professores que lecionam no ensino regular e outros que lecionam ou já lecionaram na educação especial.

Foram selecionados quatro profissionais informantes, que se encaixam nas categorias acima descritas, a serem entrevistados.

Com relação aos seus discursos, serão considerados os seguintes critérios:

- qualidade da sua formação;
- qualificação e preparação para o exercício com alunos portadores de necessidades educativas especiais;
- opinião acerca da capacidade intelectual dos portadores de necessidades educativas especiais, da educação especial, da concepção de inclusão dos portadores de necessidades educativas especiais e do curso de formação de professores;

- nível de conhecimento sobre a educação especial em sua cidade ou país;
- experiência de vida ou em sala de aula, que teve com algum portador de necessidades educativas especiais e o seu resultado;
- considerações que se julguem necessárias para enriquecer o estudo.

Tais discursos serão analisados e relacionados com o referencial teórico dos atuais autores que discutem as questões apresentadas aqui; com as novas tendências de inclusão e a situação escolar dos portadores de necessidades especiais, a diferença entre os conceitos de normalidade e excepcionalidade e a formação do profissional de educação.

## CAPÍTULO III

### O PROFESSOR NA ATUALIDADE

*O tratamento das questões relativas ao ensino de deficientes, se incluído na formação geral dos educadores, eliminaria, em grande parte, os obstáculos que se interpõem entre a escola e as pessoas com deficiência, instaurando uma outra mentalidade e uma compreensão diferente da deficiência, inspiradas nos princípios de uma educação para todos.*

Maria Tereza Égler Mantoan

Neste capítulo, serão analisadas as respostas das professoras entrevistadas, considerando aspectos importantes da sua formação profissional, interesse, experiência, conhecimentos legais e opiniões diversas.

Ao mesmo tempo, o discurso das informantes será relacionado com a pesquisa e o estudo feito a partir da referência bibliográfica utilizada para a elaboração deste trabalho. Desta forma, será possível confrontar a teoria e a prática, indicando pontos importantes a respeito dos tópicos acima citados.

Quatro professoras, que possuem diferentes realidades de vida, foram entrevistadas. A tabela abaixo mostra dados importantes sobre as mesmas, segundo as categorias estabelecidas para a pesquisa.

<u>PROFESSORES</u>	<u>NÍVEL DE FORMAÇÃO</u>	<u>INSTITUIÇÃO PÚBLICA OU PRIVADA?</u>	<u>TEMPO DE EXPERIÊNCIA</u>	<u>LECIONA NO ENSINO REGULAR OU NO ESPECIAL?</u>	<u>TRABALHA EM INSTITUIÇÃO PÚBLICA OU PRIVADA?</u>
A	Pós-graduado	Pública	13 anos	Ensino Especial	Pública e privada
B	universitário	Privada	5 anos	Ensino Especial	privada
C	2º grau	Pública	11 anos	Ensino Regular	pública
D	2º grau	Pública	8 anos	Ensino Regular	privada

As professoras entrevistadas A e B começaram a trabalhar com alunos portadores de necessidades educacionais especiais por interesses próprios e distintos, enquanto que as outras nunca trabalharam diretamente com eles. A informante C não possui interesse algum por esse trabalho, diferentemente da informante D, que mesmo sem ter desenvolvido nenhum tipo de trabalho com esse tipo de alunado, se mostra muito interessada.

A entrevistada A sempre gostou de desafios.

*Durante algum tempo sempre escolhi as turmas "indesejadas". Até que um dia fui trabalhar em uma escola que tinha uma classe especial para deficientes auditivos e me interessei em pegá-la.*

Enquanto isso, a informante B da pesquisa já teve na família um portador de necessidades educacionais especiais.

*Nenhuma escola, na época, atendeu as necessidades dele de forma satisfatória. Ele adquiriu a maior parte do seu aprendizado na própria família.*

Nota-se no discurso das entrevistadas A, B e D que é fundamental o professor, antes de mais nada, possuir o desejo de ensinar, estar motivado para conduzir o seu trabalho, enfrentar os desafios presentes no cotidiano da sala de aula através de uma prática libertadora, crítica, transformadora. Além disso, fica evidente que o papel principal da escola, para eles, é satisfazer os interesses e as necessidades dos alunos, através do processo educativo.

No tocante à formação profissional, a professora informante A é a única que se mostra satisfeita com os subsídios oferecidos pelo seu curso, pois ela tomou a iniciativa de buscar respostas, investir, a partir do que ela aprendeu. Por isso, se sente qualificada para trabalhar com os alunos portadores de necessidades educacionais especiais.

*Para ser educador, é preciso acreditar no investimento e no retorno. Pensar em Educação de forma ampla é buscar. Educar o aluno portador de necessidades educativas especiais é acreditar no desafio e fazer um investimento no ser humano. Sem dúvida trabalharia com qualquer aluno e faria o melhor para ele se apropriar dos conteúdos acumulados pela humanidade. Tenho certeza que ele conseguiria e se escolarizaria!*

Todas as outras entrevistadas se encontram insatisfeitas, pois o curso de formação foi pobre em recursos, prejudicado por greves, desvinculado da prática. Inclusive, o assunto “Educação Especial” pouco foi falado nas disciplinas, e, quando era abordado, era tratado apenas de modo teórico. Durante os estágios não apareceram oportunidades de se conhecer o trabalho feito com os alunos especiais, como diz a professora C:

*Não tive experiência alguma, nem durante o curso e nem nos estágios. Não tive nenhuma disciplina que tratasse da Educação Especial.*

Mesmo insatisfeita, a entrevistada B se sente qualificada para trabalhar com os alunos portadores de necessidades educacionais especiais, devido às suas experiências de vida e profissional. Diz ela que sempre que pode participa de eventos sobre o tema, mas mesmo assim tem muito ainda a aprender.

As informantes C e D não se sentem qualificadas para trabalhar com esses alunos, pois lhe faltam conhecimentos, experiência, condições básicas, apoio e orientação contínua para assumir uma classe especial. A professora C comenta que, além disso,

*há a questão de aptidão, eu não me sentiria bem trabalhando com esses alunos.*

Todas as professoras entrevistadas foram unânimes e apresentaram sugestões que pudessem modificar e enriquecer ainda mais a sua formação profissional. A professora A propôs a contribuição da Filosofia, que

*compreende a formação do conhecimento, do pensamento e da linguagem, fundamentais para o educador.*

As informantes B, C e D modificariam seu curso de formação acrescentando disciplinas que enfatizassem o tema “Educação Especial”, abordando a parte prática do trabalho pedagógico com os alunos especiais. Além das disciplinas, a entrevistada A acrescentaria estágios de observação nos atendimentos da Educação Especial e a participação em eventos sobre o assunto.

Diante do que foi exposto pelas quatro professoras entrevistadas, no tocante a sua formação profissional, é imprescindível destacar a necessidade de uma especial atenção nos currículos dos novos cursos dos institutos superiores de formação de professores, pois a maioria das respostas revelou um despreparo explícito dos recursos humanos, além da falta de instrumentalização teórica e prática para atender o aluno portador de necessidades educacionais especiais.

Desta forma, a formação profissional do educador carece do que lhe é mais básico, o fomento da competência, da preparação, da qualificação para o seu ofício. Sem esta solidez da prática pedagógica, sabemos o quanto as crianças são pobremente trabalhadas dentro do espaço escolar. Na verdade, elas estão em contato o tempo todo com a cópia, a reprodução e a imitação dos conhecimentos transmitidos por esses professores mal formados. O que acaba acontecendo é o puro fingimento do ensino e da aprendizagem: o aluno finge que aprende e o professor finge que ensina, como se fosse tudo uma grande mentira e uma grande brincadeira de faz de conta. E quando se fala nestes alunos, inclui-se também os portadores de necessidades educacionais especiais, que, por direito, têm acesso e permanência na escola.

Mais uma vez, há um dado importante a ser considerado, que precisa ser reavaliado, analisado, e acima de tudo, solucionado, pois, na verdade, carecemos de um profissional com ampla formação geral, que possua uma visão interdisciplinar, que esteja em atualização permanente, que seja competente e pesquisador, capaz de elaborar e construir criativamente a sua prática. Só assim pode-se pensar numa qualidade de ensino satisfatória. O elemento chave para esta transformação é a formação desses professores, a qual deve enfatizar, acima de tudo, que educação significa modernidade, significa humanizá-la, sustentá-la e

dominá-la, contribuindo para um desenvolvimento científico, moderno e próprio.

*Precisamos de educação que “puxe” o desenvolvimento, não que se arraste atrás, representando o atraso. (DEMO, 1992, p. 24)*

Sabemos que a qualidade da educação está intimamente ligada a qualidade dos professores. Desta maneira, o que se quer é uma escola para todos, que vise a propriedade do conhecimento como um instrumento eficaz de emancipar os indivíduos e a sociedade em geral, que assuma o compromisso de formar o sujeito sócio-histórico a partir da produção do seu próprio saber. Porém, o que se vê é a cultura da incompetência técnica, do desprestígio profissional e da falta de decisão pública.

Mesmo assim, há uma esperança! Cabe à iniciativa dos educadores para tentar transformar esta realidade, a partir do compromisso que eles assumem quando decidem seguir tal profissão. Através ação é que pode-se, aos poucos, chegar a esse objetivo, ou pelo menos, fazer a parte cabível ao professor, com dignidade.

Das quatro professoras entrevistadas, apenas duas desenvolvem ou já desenvolveram um trabalho efetivo com alunos portadores de necessidades educacionais especiais. As opiniões são unânimes ao relatar um grau de dificuldade significativo, porém através da persistência, dos esforços e da paixão do professor, os resultados avo acontecendo, mesmo que a longo prazo.

Nenhuma delas acredita na incapacidade intelectual desses alunos, pois

*cada indivíduo possui potencialidades a serem trabalhadas e desenvolvidas (entrevistada B),*

mesmo possuindo

*algumas limitações.* (entrevistada D)

*Todas as crianças estimuladas se desenvolvem a partir de condições satisfatórias de aprendizagem* (entrevistada C),

levando-se em consideração os seus interesses, e que inclui

*métodos e atendimento diferenciados, porém integrados com os outros alunos ditos "normais".* (entrevistada D)

A capacidade dos portadores de necessidades educacionais especiais

*se revela no dia a dia do contexto escolar, quando o professor investe na escolarização e na sensibilidade do sujeito (aluno).* (entrevistada A)

Três professoras entrevistadas possuem experiências de vida ou de sala de aula com pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais.

*A princípio, eu pensava que seriam "seres" tão diferentes que um professor comum não pudesse construir conhecimentos com eles, depois eles, em suas falas, mostraram que pistas eu deveria seguir para eles aprenderem."* (sujeito A)

Tal fala é complementada pela informante B, quando mostra que

*muitas vezes, o profissional fica frustrado por não compreender que tipo de trabalho está sendo desenvolvido. Alguns professores querem impor a sua maneira de trabalhar e se esquecem que cada indivíduo tem seu modo próprio de pensar, agir, ser e viver.*

A entrevistada C relatou uma experiência que, para ela, não foi muito satisfatória, embora possua um resultado, de certa forma, positivo. Foi uma visita da classe especial de retardo mental ao laboratório de informática da própria escola. Haviam poucos computadores para um número maior de crianças e apenas duas pessoas auxiliando no desenvolvimento da atividade. Acabou que elas, por estarem em um espaço novo, desejavam manipular os equipamentos, tentando experimentá-los, sem estar atentos ao andamento do trabalho inicialmente proposto. O lado positivo foi que tais alunos puderam visitar um espaço diferente do usual da sala de aula, estando, então, motivados para conhecê-lo. É fundamental reconhecer que uma situação dessas pode acontecer com qualquer tipo de turma, seja ela especial ou comum, uma vez que os alunos estavam visitando um local novo. Talvez caberia aqui ao professor da classe ter uma conversa ou desenvolver algum tipo de atividade anterior a visita, para que os alunos chegassem mais preparados para compreender o que seria proposto dentro do laboratório de informática.

Deste modo, ratifica-se a importância do compromisso profissional do professor como sendo o instrumento de propulsão para a transformação da cultura do fracasso em cultura do sucesso no espaço escolar. É através dele, junto com a teoria e o conhecimento da política que norteia a educação em nosso país, é que nós, educadores, podemos refletir sobre nossa prática e tentar modificá-la para melhor atender os alunos, e com isso, contribuir para a melhoria da qualidade de ensino como um todo.

Três das quatro professoras entrevistadas estão cientes sobre a política educacional atual, principalmente no município onde lecionam. Elas procuram conhecer e estudar através leituras, discussões, congressos, livros, publicações, capacitações, além do diálogo com pessoas que atuam

na área. A que desconhece a política educacional vigente no seu contexto social procura, pelo menos, sanar suas dúvidas com seus colegas de trabalho. Isso mostra o quanto a informação é fundamental na vida do professor e o quanto ele ainda precisa buscar para manter-se atualizado.

## CONCLUSÃO

Como foi visto ao longo deste trabalho, a sociedade mundial está se transformando todos os dias, através de um movimento incessante de evolução. A educação, como parte integrante deste todo social, de uma forma ou de outra, necessita acompanhar esta dinâmica, pois por meio dela que o indivíduo se torna um sujeito sócio-histórico, ativo, participante e crítico na sua realidade e produtor do seu conhecimento.

Concebendo a educação como direito de todos e em seu sentido amplo, este trabalho procurou discutir e refletir sobre as questões mais importantes no tocante à formação de professores face ao novo paradigma educacional (a escola inclusiva), considerando os aspectos fundamentais da Educação Especial.

A terminologia “portadores de necessidades educacionais especiais” é a que mais contempla o discurso que enfatiza o olhar nas possibilidades dos alunos ditos “diferentes”, de acordo com a nova concepção de educação. Pois, como se observou, os conceitos de normalidade e excepcionalidade são relativos e descontextualizados.

Desta maneira, a escola, como instituição social que forma o indivíduo através do processo de escolarização, precisa buscar formas alternativas para educar tais alunos, de modo a satisfazer suas necessidades e interesses com sucesso.

Para tanto, deve se considerar as dificuldades e as limitações dos educandos, observar suas necessidades, fazer as adaptações adequadas e oferecer subsídios para que eles participem ativamente do processo educativo. Mas acima de tudo, precisa acreditar verdadeiramente no potencial de aprendizagem deste indivíduo, na sua capacidade, no seu desenvolvimento, como pessoa e, acima de tudo, como cidadão.

Sabe-se que uma parcela considerável de profissionais da educação está abraçando a idéia da igualdade, trabalhando as diferenças individuais, através da diversidade de experiências e da pluralidade de conhecimentos, e acreditando no que o indivíduo com necessidades especiais pode realizar. Assim sendo, o primeiro passo para a nova concepção educacional inclusiva está sendo dado. A integração de alunos portadores de necessidades educacionais especiais em turmas regulares de ensino acontece, beneficia todas as pessoas envolvidas e enriquece o processo educativo.

É fundamental ressaltar que, além da escola, o indivíduo com necessidades especiais está cada vez mais presente nos outros espaços sociais, pois, como já foi dito, está havendo uma transformação de paradigmas, com o auxílio da divulgação de informações sobre os seus direitos e deveres, para se chegar a vivenciar, gradual e efetivamente, a sociedade inclusiva.

Contudo, a maioria das escolas e conseqüentemente, dos educadores, ainda vê o portador de necessidades educacionais especiais como alguém incapaz, eternamente dependente, sem vontade própria, sem direito de expressão. Se chega a freqüentar uma escola, é apenas para se socializar ou para aprender trabalhos manuais, sem possuir o objetivo de desenvolver sua cognição. Infelizmente, a concepção reducionista de educação ainda existe no meio profissional, pois está presente na formação destes mesmos professores, que reproduzem o que aprenderam e transmitem o conhecimento através da cópia.

Daí a necessidade de se refletir sobre a formação dos profissionais da educação e o papel da escola e buscar novos caminhos rumo a modernidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no. 9.394/96) vem assegurar os direitos do cidadão e apontar as

responsabilidades e os deveres da família e do Estado, essencialmente, no que se refere à educação. Nela constam mudanças significativas as quais foram apresentadas e discutidas de modo crítico e contextualizado.

O que se deseja é um verdadeiro educador, orientador, formador de competência humana, pesquisador e transformador da sua prática, com compromisso, preocupado com a qualidade do ensino. Assim, junto com uma política que incentive a sua valorização social, obter-se-á um profissional competente e digno, exercendo a sua plena cidadania.

Diante do que foi exposto, cabe à escola conscientizar-se e interiorizar as políticas e as teorias norteadoras da educação e adequá-las à prática pedagógica desenvolvida com os seus alunos, mesmo que isso gere dúvidas, erros, mudanças, enfim, reflexão e ação sobre a realidade. Só a partir da construção e da reconstrução do processo educativo é que vão resultar os frutos desta nova concepção inclusiva.

O futuro se faz com base no presente e nos vestígios do passado. Daí, este estudo lança algumas questões para reflexão: O que se espera dos novos caminhos da educação, trilhados a partir de hoje? Como se pode superar os obstáculos, vencer as barreiras, ultrapassar as dificuldades presentes no meio do percurso do professor, do trabalho pedagógico, da escola, da comunidade, da sociedade, da universidade?

Esta monografia é apenas o começo para novas descobertas...

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COLL, Cesar et alii. Desenvolvimento Psicológico e Educação – Necessidades Educativas Especiais e Aprendizagem Escolar. Vol.3, Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- Declaração de Salamanca. Educação On-line, Internet, 01/04/97.
- DEMO, Pedro. Formação de Formadores Básicos, In Em Aberto, Brasília, ano 12, no. 54, abr./jun., 1992.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996)
- FERREIRA, Júlio Romero. A exclusão da diferença: a educação do portador de deficiência. Piracicaba: Unimep, 1993
- MANTOAN, Maria Tereza Égler. Inclusão escolar de deficientes mentais: que formação para professores? In A integração de pessoas com deficiência. São Paulo: Memnon Edições Científicas Ltda., 1997.
- Revista Brasileira de Educação Especial. Vol. 2, no. 3, 1995. (p. 143 – 144)
- Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. MULTIEDUCAÇÃO: Núcleo Curricular Básico. Rio de Janeiro, 1996.

WERNECK, Cláudia. Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva. Ed. WVA, Rio de Janeiro, 1997.

VYGOTSKY. A formação social da mente. Ed. Martins Fontes, São Paulo, 1994.

ANEXO

## QUESTIONÁRIO

### I. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO:

1. Formação Profissional: \_\_\_\_\_ (2º grau/universitário/pós-graduado)
2. Instituição que se formou: \_\_\_\_\_ (pública/particular)
3. Tempo de experiência: \_\_\_\_\_
4. Trabalha no momento? \_\_\_\_\_ (sim / não)
5. Onde? \_\_\_\_\_
6. Instituição \_\_\_\_\_ (pública / particular)
7. Trabalha ou já trabalhou com alunos portadores de necessidades educativas especiais? \_\_\_\_\_ (sim / não)

### II. INTERESSE:

1. Por que trabalha ou trabalhou com alunos portadores de necessidades educativas especiais? Interesse? Acaso? Outros motivos? Especifique.

---



---



---

### III. FORMAÇÃO:

1. Você acha que a sua formação contemplou suas expectativas, que foi suficiente, que ofereceu subsídios para você trabalhar com os portadores de necessidades educativas especiais? \_\_\_\_\_ (sim / não).  
Como?

---



---



---

2. Você se sente qualificado para trabalhar com os alunos portadores de necessidades educativas especiais? \_\_\_\_\_ (sim / não). Por quê?

---



---



---

3. O que você mudaria na sua formação para deixá-la mais completa?

---



---



---

#### IV. EXPERIÊNCIA:

1. Se você já trabalha e/ou trabalhou com alunos portadores de necessidades educativas especiais, como é / ou foi sua experiência?

---



---



---

2. Você acredita na capacidade intelectual do aluno portador de necessidades educativas especiais? \_\_\_\_\_ (sim / não) De que maneira?

---



---



---

3. Se você possui alguma experiência, de vida ou de sala de aula, com um portador de necessidades educativas especiais, que julgue interessante relatar? \_\_\_\_\_ (sim / não) Como foi?

---



---



---

Qual foi o resultado? A que conclusão chegou?

---



---



---

#### V. CONHECIMENTOS LEGAIS:

1. Você está ciente da política educacional em sua cidade / país / mundo? \_\_\_\_\_ (sim / não). Se afirmativo, como você fez para conhecer? Através de estudos e leituras sobre o assunto?

---



---



---

Procura discutir com outros colegas e manter-se atualizado? \_\_\_\_\_ (sim/não)

**VI. OPINIÃO:**

1. Você acredita no processo de inclusão dos alunos portadores de necessidades educativas especiais na educação regular? \_\_\_\_\_  
(sim/não) De que jeito?

---

---

---

---

2. Coloque aqui algumas considerações que julgue importantes e que possam enriquecer este estudo.

---

---

---

---

---